



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO ESPECIAL Nº 1635080 - PR (2016/0283476-0)

RELATOR : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**
RECORRENTE : COROL COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL
ADVOGADOS : ANACLETO GIRALDELI FILHO - PR015502
JOSÉ MARCOS CARRASCO - PR016909
GEANDRO DE OLIVEIRA FAJARDO - PR035971
RECORRIDO : ALVAIR PEDRO RANIERI
ADVOGADOS : ALESSANDRO EDISON MARTINS MIGLIOZZI - PR022942
JULIANA BONFIM CARNEVALE - PR045869

EMENTA

CIVIL. PROCESSO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. **RECURSO INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DO CPC/73**. CÉDULA DE CRÉDITO RURAL. NULIDADE DO TÍTULO POR ERRO DE CONSENTIMENTO. INCIDÊNCIA DE JUROS NOS TERMOS DO ESTATUTO DA COOPERATIVA. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS E DO CONTRATO FIRMADO ENTRE AS PARTES. IMPOSSIBILIDADE SÚMULAS 5 E 7 DO STJ. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

ALVAIR PEDRO RANIERI (ALVAIR) ajuizou ação de obrigação de fazer contra COROL COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL (COOPERATIVA) requerendo a nulidade da Nota de crédito rural e a restituição das suas contas-partes.

Em primeiro grau, a ação foi julgada parcialmente procedente (e-STJ, fls. 250/262).

A COOPERATIVA apelou e o TJ/PR negou provimento ao recurso em acórdão, assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE RETIRADA EM COOPERATIVA. ANULAÇÃO DE NOTA DE CRÉDITO RURAL. RESTITUIÇÃO DE COTAS. DEMISSÃO DE SÓCIO COOPERADO. NOTA DE CRÉDITO RURAL. NULIDADE. VÍCIO DE CONSENTIMENTO. JUROS DE MORA SOB AS COTAS - PARTES INTEGRALIZADAS PELO COOPERADO. POSSIBILIDADE. PREVISÃO CONTRATUAL. DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL. INCIDÊNCIA A PARTIR DO EVENTO DANOSO. PRINCÍPIO DO "NON REFORMATIO IN PREJUS". INCIDÊNCIA A PARTIR DA CITAÇÃO MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E NEGADO PROVIDO PARA MANTER A SENTENÇA (e-STJ, fl. 413).

Irresignada, a COOPERATIVA interpôs recurso especial com fulcro no art. 105, III, a e c, da CF, sustentando a violação dos arts. (1) 27, do Decreto-lei nº 167/67

tendo em vista, (i) a possibilidade de emissão de emissão de cédula de crédito rural para qualquer financiamento que tenha por objetivo desenvolver o setor rural, dentro os quais integrar cota-parte do capital social de cooperativa; (ii) que a emissão das cédulas foi autorizada pela assembleia geral extraordinária; (iii) que na ata da assembleia foi transcrito o conteúdo da Circular do BNDES, objetivando o programa de financiamento; (iv) o aumento de capital deve ser integralizado com o pagamento das referidas cédulas; **(2)** 112, 113, 138 e 139, todos do CC não houve indução à erro e que ALVAIR teve pleno conhecimento dos motivos da emissão do título; e **(3)** 21, III, da Lei nº 5.764/71 que determina que o estatuto social deve conter a forma de restituição do capital social do cooperado em caso de demissão, eliminação ou exclusão, bem como da impossibilidade de distribuição dos juros porque ausente a previsão no estatuto (e-STJ, fls. 435/455).

Foram apresentadas as contrarrazões (e-STJ, fls. 476/483).

É o relatório.

DECIDO.

O recurso não merece prosperar.

De plano, vale pontuar que as disposições do NCPC, no que se refere aos requisitos de admissibilidade dos recursos, são inaplicáveis ao caso concreto ante os termos do Enunciado Administrativo nº 2 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016:

Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

(1) e (2) Da nulidade da cédula de crédito rural e do erro de consentimento

COOPERATIVA sustentou a violação do art. 27, do Decreto-lei nº 167/67 tendo em vista, (i) a possibilidade de emissão de emissão de cédula de crédito rural para qualquer financiamento que tenha por objetivo desenvolver o setor rural, dentro os quais integrar cota-parte do capital social de cooperativa; (ii) que a emissão das cédulas foi autorizada pela assembleia geral extraordinária; (iii) que na ata da assembleia foi transcrito o conteúdo da Circular do BNDES, objetivando o programa de financiamento; (iv) o aumento de capital deve ser integralizado com o pagamento das referidas cédulas.

Alegou, ainda, a negativa de vigência dos arts. 112, 113, 138 e 139, todos do CC não houve indução à erro e que ALVAIR teve pleno conhecimento dos motivos da emissão do título.

Sobre o tema o TJ/PR consignou (i) a cédula de crédito é título causal e não pode ser subscrita para qualquer finalidade; (ii) que o Decreto-Lei nº 167/67 especifica a vinculação ao agronegócio e (iii) os seus requisitos estão prescritos no art. 27 do referido decreto,

O presente caso trata irrefutavelmente de um título negocial. Refere-se a nota de Nota de Crédito Rural, uma das modalidades de cédula de crédito, título executivo extrajudicial, conforme estabelece o artigo 9, inciso do Decreto- lei nº 167/67. A cédula de crédito Rural é um título causal, ou seja, é admitido em virtude de uma causa específica e não pode ser subscrita para qualquer finalidade. No caso, é emitida para uma modalidade especial vinculada ao agronegócio e seus requisitos estão prescritos no artigo 27 do referido Decreto-lei,

veja-se:

[...]

A Apelado solicitou a sua demissão da cooperativa em virtude do fechamento da filial em Cornélio Procópio, o que inviabilizou a sua operação como cooperado, bem como não pode requisitar administrativamente a sua demissão pela vinculação decorrente da Nota de Crédito Rural. A possibilidade do pedido de demissão do cooperado está descrita no estatuto social da Cooperativa e não pode ser negada pela empresa, devendo este devolver o capital integralizado pelo cooperado conforme disciplina o artigo 8.11:

"Art. 8º.- A demissão do associado não pode ser negada, dá-se unicamente a seu pedido, é requerida ao Diretor Presidente, sendo por este levada ao Conselho de Administração em sua primeira reunião, averbada no livro de matrícula mediante termo assinado pelo Diretor Presidente e imediatamente comunicada, por escrito, ao requerente.

"Art. 11.- Em qualquer caso de demissão, eliminação ou exclusão, o associado tem somente o direito à restituição do capital que integralizou, acrescido dos respectivos juros e das sobras que lhe tiverem sido creditadas, bem como, à correção monetária agregada à conta capital."

Ocorre que a demissão foi obstada uma vez que, com o pedido de demissão ocorreria o vencimento antecipado da Cédula Rural de Crédito e conforme consta cláusula do título, existe a obrigatoriedade de manter-se integrado até o pagamento da referida dívida, veja-se:

"7. VENCIMENTO ANTECIPADO: Poderá a CREDORA suspender a utilização do crédito e considerar vencida antecipadamente a dívida, independentemente de qualquer aviso ou notificação judicial ou extrajudicial, nos casos de: a) inadimplemento do EMITENTE, dos intervenientes ou coobrigados quando às obrigações contraídas neste instrumento, ou decorrentes de lei, bem como de outras obrigações contraídas com a CREDORA;

"9.1.0 EMITENTE obriga-se a manter integradas ao capital social da credora as cotas - partes ora integralizadas até a quitação total da dívida resultante deste instrumento [...]" (e-STJ, fls. 419/422).

Em que pese a possibilidade de reconhecimento da validade da Cédula de Crédito Rural para a subscrição de cota-parte pelos cooperados, inclusive nos termos da jurisprudência desta Corte, o TJ/PR ressaltou que no caso dos autos houve erro de consentimento, tornando o título nulo.

Vejamos:

A sentença vergastada ponderou de forma eskorreita a ocorrência de erro de consentimento na constituição do título extrajudicial. Cinge-se a insurgência da Apelante na inoccorrência do referido erro de consentimento, afirmando que a Apelada estava ciente de que a Nota de Crédito Rural foi subscrita para o fim de que o capital social da cooperativa fosse aumentado, com o fito de preencher exigência para que a empresa cooperada conseguisse financiamento perante o BNDS.

Incontroverso nos autos o fechamento da filial da cooperativa na cidade de Cornélio Procópio, cidade onde a Apelada exerce sua atividade agrícola.

É razoável a tese inicial de que com o fechamento da sede inviabilizou-se a atividade cooperada pelo requerente, pois teria de se deslocar para outra cidade para buscar insumos e levar seus produtos. Na primeira cláusula da Nota de Crédito rural em discussão, consta que a finalidade da emissão do referido título é a integralização de 15.000 cotas-partes para aumento da participação do emitente no

capital social da credora, sem dar maiores especificações.

Conforme informou a Autora na inicial, lhe foi informado pelo gerente da cooperativa que a emissão da Nota de Crédito Rural seria para a implementação de melhorias na própria filial da empresa em Cornélio Procópio, que veio a fechar alguns meses após a assinatura do título. Sua tese é corroborada pelos depoimentos testemunhais colhidos nos autos.

[...]

Quanto relata as condições na qual a assinatura da NCR aconteceu, a testemunha deixa claro o erro no consentimento, afirmando de forma clara que seu objetivo ao assinar a NCR era aumentar o capital social da filial e que se tivesse notícia de que a filial de Cornélio Procópio iria fechar, jamais teria constituído o título extrajudicial, in verbis:

[...]

O Sr. Marcio Rogério Momesso, que era funcionário interno da cooperativa na época dos fatos, no mesmo sentido afirmou:

"Eles chamaram os cooperados pra uma assembleia e depois cada cooperado, o gerente ia conversando com cada um sobre essa NCR, (dizendo) que a cooperativa iria melhorar propondo assim coisas favoráveis para a cooperativa para assinarem essa NCR.

Eu não estava participando da assembleia, eu sei que depois foi chamando cada cooperado com o gerente para falar da NCR.

O que era passado pra gente era a questão de assim, assinar essa NCR pra melhoria da cooperativa, que ia ser melhor. (...)

Quando perguntado sobre se haviam indícios de que a filial iria fechar respondeu:

"Não. Tanto é que nós mesmos lá dentro, funcionários, não sabíamos. Estava indo tudo bem, não tinham coisas que transpareciam que ia fechar, nenhum indicio de fechamento da cooperativa.

"A Apelante não trouxe provas que elidissem as referidas afirmação. Assim do conjunto probatório, verificou-se que o título executivo teria sido emitido sob o argumento de que seriam implantadas melhorias na filial da cooperativa na cidade de Cornélio Procópio.

Com o fechamento do referido estabelecimento da empresa após a assinatura da NCR, denota-se a afronta ao princípio da boa-fé e o defeito na declaração de vontade do Apelante na constituição do negócio jurídico, pois feito mediante erro e/ou dolo [...] (e-STJ, fls. 422/426).

Assim, rever as conclusões quanto ao (i) reconhecimento da nulidade do título e que (ii) a cédula de crédito foi assinada sem que o devedor tivesse conhecimento da alteração da sede da COOPERATIVA, fato que inviabilizaria a sua permanência como cooperado, demandaria, necessariamente, o reexame do conjunto fático-probatório dos autos e do contrato firmado entre as partes.

Nesse sentido, confira-se a jurisprudência desta Corte:

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE EXECUÇÃO. CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO. NULIDADE DA EXECUÇÃO. DESCABIMENTO. SÚMULAS NºS 5 E 7/STJ. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO. SÚMULA Nº 283/STF. VERBA HONORÁRIA. ÔNUS DE SUCUMBÊNCIA. MANUTENÇÃO. REEXAME FÁTICO. INVIABILIDADE.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

2. Alterar o entendimento do julgado atacado, que entendeu prejudicado o pleito de nulidade da execução, demandaria a interpretação de cláusulas contratuais e o revolvimento do acervo fático-probatório dos autos, procedimentos obstados em recurso

especial devido à incidência das Súmulas nºs 5 e 7/STJ. 3. A ausência de impugnação de fundamento suficiente para a manutenção do acórdão recorrido enseja o não conhecimento do recurso e atrai a incidência do óbice da Súmula nº 283/STF.

4. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é firme no sentido de não ser possível a revisão do quantitativo em que autor e réu decaíram do pedido, para fins de aferir a sucumbência recíproca ou mínima, por implicar reexame de matéria fático-probatória, procedimento vedado pela Súmula nº 7/STJ. 5. O Superior Tribunal de Justiça tem afastado o óbice da Súmula nº 7/STJ, para rever a verba honorária arbitrada nas instâncias ordinárias, quando verifica que o julgador se distanciou dos critérios legais e dos limites da razoabilidade para fixá-la em valor irrisório. 6. Na hipótese, observadas as peculiaridades da lide, a Corte local manteve os honorários advocatícios fixados na sentença, levando-se em conta o trabalho exercido pelos advogados, a natureza e a importância da causa e o tempo de duração do processo, em obediência aos limites impostos pelo § 2º do art. 85 do CPC/2015.

7. Agravo interno não provido.

(AglInt nos EDcl no AREsp 1.274.838/SC, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Terceira Turma, j. 25/3/2019, DJe 29/3/2019)

O recurso, portanto, não merece ser conhecido quanto ao ponto em virtude dos óbices das Súmulas 5 e 7 do STJ.

(3) Da forma de restituição do capital social

A COOPERATIVA afirmou a negativa de vigência do art. 21, III, da Lei nº 5.764/71 que determina que o estatuto social deve conter a forma de restituição do capital social do cooperado em caso de demissão, eliminação ou exclusão, bem como da impossibilidade de distribuição dos juros porque ausente a previsão no estatuto.

O TJ/PR consignou que a incidência dos juros de mora sobre as cotas-partes integralizadas (i) era questão dirimida pelo Estatuto Social da Cooperativa e (ii) não havendo termo inicial dos juros deveria ser aplicada a data do inadimplemento contratual, confira-se:

Da incidência dos juros de mora - não provimento

Alega ainda que a não se aplica incidência de juros de mora sobre as cotas -partes integralizadas à serem devolvidas ao Apelado.

Sem razão.

A questão é dirimida pelo Estatuto Social da empresa Apelante que em seu artigo 11 prescreve tal incidência, decorrente da devolução de cotas-partes integralizadas em decorrência do pedido de demissão. Veja-se:

[...]

Não havendo especificação do prazo inicial para a incidência dos juros de mora deve ser aplicada a lei ao caso.

Tratando-se de inadimplemento contratual, os juros de mora devem incidir a partir do inadimplemento da obrigação [...] (e-STJ, fls. 430/431)

Novamente, não há como rever, nesta esfera recursal, as condições dispostas no Estatuto social da cooperativa quanto à devolução do capital.

O recurso, portanto, não merece ser conhecido quanto ao ponto em virtude dos óbices já apontados no tópico anterior.

Nessas condições, **NÃO CONHEÇO** do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília-DF, 23 de março de 2020.

Ministro MOURA RIBEIRO
Relator